



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 35/XIII/ 1.ª SL

Aos 22 dias do mês de junho de 2016, pelas 08:30 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

08:30 Audição do Ministro da Saúde, requerida pelo PCP, com vista ao esclarecimento de problemas existentes no Hospital Distrital de Santarém; Audição do Ministro da Saúde, ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do RAR (4.ª audição obrigatória), sobre Política Geral de Saúde.

13:30 Discussão e votação do requerimento do BE, a solicitar a audição do Diretor-Geral da ADSE, Carlos Baptista, do ex-Secretário de Estado da Saúde, Manuel Teixeira e do ex-Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, Hélder Reis, e do requerimento do PSD, que solicita a audição do Diretor-Geral da ADSE.

08:30 Audição do Ministro da Saúde, requerida pelo PCP, com vista ao esclarecimento de problemas existentes no Hospital Distrital de Santarém

O Presidente da Comissão iniciou os trabalhos cumprimentando o Ministro da Saúde, Adalberto Campos Fernandes, que veio acompanhado pelo Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, Fernando Araújo e pelo Secretário de Estado da Saúde, Manuel Delgado, informando sobre as grelhas de tempos que irão ser utilizadas. Deu depois a palavra à Deputada Carla Cruz, para apresentar o requerimento que tem por objeto o esclarecimento de problemas existentes no Hospital Distrital de Santarém.

A Deputada referiu que notícias recentes dão conta do «*encerramento de metade da capacidade do bloco operatório*» deste Hospital e da «*demissão de parte significativa dos médicos que aí prestam serviço em cargos de chefia, invocando a falta de condições de segurança daquela unidade*», sendo que a causa principal será «*a ausência de resposta da tutela quanto ao início das obras de remodelação dos blocos operatórios que estão de há muito programadas*». Lembrou que a situação não é de hoje, se prolonga desde há anos e perguntou que medidas concretas vai o Governo tomar para resolver estas questões.

O Deputado Nuno Serra disse que o PSD de Santarém tem acompanhado esta situação, sabendo que estão duas salas de operações prestes a abrir, o que é uma



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 35/XIII/ 1.ª SL

boa notícia. Continuam todavia a existir vários problemas, pois o hospital funciona a 50%, há falta de profissionais, as listas de espera aumentam e o processo do bloco operatório central está parado desde janeiro de 2015, perguntando o que se passa com este procedimento e se o hospital tem todas as condições para continuar a funcionar.

A Deputada Idália Serrão referiu que a situação do hospital não é brilhante e que as condições de trabalho não são amigas dos utentes, das suas famílias e dos profissionais. Tudo aponta para que o bloco operatório possa começar a funcionar, mas os médicos não querem ir para este hospital, há um problema de motivação, questionando se haverá um processo de erosão na eficiência da atual gestão.

O Deputado Carlos Matias reiterou que a questão do bloco operatório é preocupante, mas que se espera que fique resolvida agora. Realçou que o serviço de urgência não tem estabilidade no que respeita aos médicos, pois recorre a empresas de trabalho temporário, faltando também enfermeiros. O envelhecimento da população cria pressão sobre o serviço de urgências, porque os cuidados primários não funcionam devidamente, e além disso a urgência médica é muito sobrecarregada pela falta de condições das urgências básicas, que têm de ser reforçadas.

A Deputada Patrícia Fonseca acrescentou que o bloco operatório provisório está em funcionamento, mas pretende saber se ficou assegurado o normal funcionamento do hospital e até que ponto também é afetado o seu funcionamento com a falta de profissionais. Tendo o anterior Governo tomado algumas medidas para captar médicos, perguntou o que vai fazer o atual, e se tem alguma solução inovadora. Formulou ainda perguntas sobre as especialidades que fazem mais falta e sobre as áreas em que há mais carência de profissionais.

O Ministro da Saúde, cumprimentando todos, respondeu aos comentários e questões colocadas, chamando a atenção para a dificuldade, comum a todos os países, em conseguir que a cobertura de cuidados de saúde no território seja equitativa, sendo necessário mobilizar todos para que se encontrem as melhores soluções. A motivação dos profissionais não se esgota na questão remuneratória, prende-se também com a reputação das instituições e com a qualidade da sua gestão. Estão a ser tomadas algumas medidas nesse sentido, existe já um Plano com o modelo organizativo do Hospital de Santarém e hoje mesmo serão assinados alguns protocolos de afiliação entre Centros Hospitalares e outros Hospitais do SNS. Quanto ao bloco operatório,



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 35/XIII/ 1.ª SL

que irá arrancar este mês, o atraso prende-se com o facto de o orçamento de Estado ter sido publicado mais tarde, e a ACSS não podia assumir compromissos antes da sua publicação.

Audição do Ministro da Saúde, ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do RAR (4.ª audição obrigatória), sobre Política Geral de Saúde

Concluída a audição dedicada ao Hospital Distrital de Santarém seguiu-se a 4.ª audição regimental, sobre «*Política Geral de Saúde*», que se iniciou com uma intervenção inicial do Ministro da Saúde.

O Ministro da Saúde começou a sua intervenção dando conta de uma nota de atualidade relativa ao encontro de ontem, na Universidade de Lisboa, sobre os hospitais e a reforma do Sistema Nacional de Saúde, onde foi debatida a inovação e os desafios para a reforma hospitalar. Lembrou que muitos utentes estão já hoje a escolher um hospital que não é o da sua referência habitual. Abordou ainda temas como, designadamente, a grande aposta nos cuidados de saúde primários, num médico de família para todos, na contratação de médicos aposentados, na receita sem papel que em muito contribui para o controle da fraude, no simplex na saúde e na consulta mais fácil e rápida através do portal. Referiu que foi empossada a 1.ª Comissão Nacional dos Cuidados Paliativos e que será dado novo impulso à área da saúde mental, estando pensadas unidades piloto que promoverão a proximidade e não a institucionalização. Informou ainda que, neste início da época de verão, está a ser dada especial atenção à região do Algarve, reforçando os cuidados de saúde. Reiterou o compromisso com a sustentabilidade do SNS e a melhoria no acesso, eficiência e qualidade nos cuidados de saúde. Estando determinado a colocar o cidadão no centro do sistema, elencou algumas medidas que disso dão conta, tais como a permanência do helicóptero em Macedo de Cavaleiros, o aumento das dádivas de sangue, que acredita estejam relacionadas com a reposição da isenção de taxas moderadoras, e a revisão do programa nacional de vacinação. Terminou referindo que o trabalho em prol do SNS é contínuo, estando previsto intervir brevemente em matérias como a mobilidade de médicos para o interior e a reforma da saúde pública.

Usaram da palavra, para comentar e colocar questões, os Deputados Fátima Ramos, que disse gostar do discurso do Ministro quando fala em parcerias, livre acesso e sustentabilidade, considerando que herdou uma boa situação que lhe permite tomar



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 35/XIII/ 1.ª SL

agora algumas medidas, acentuando que a preocupa a situação do horário das 35 horas, que entrará em vigor a 1 de julho, perguntando se a lei é para todos e se foi feita a avaliação concreta do impacto financeiro que irá ter e colocando ainda questões sobre o Relatório do Tribunal de Contas sobre a ADSE e os genéricos; António Sales, que entende ser redutor o balanço feito pela Deputada Fátima Ramos, por se cingir às 35 horas, lembrando que o Relatório do Observatório da Saúde é elucidativo, que há mais médicos no geral, menos utentes sem médico de família, mais enfermeiros, taxas moderadoras mais baixas, melhores condições de referenciação, uma aposta na prevenção e uma estratégia para a área do medicamento; Moisés Ferreira, que chamou a atenção para o estudo recente que comprova que a gestão privada não garante melhores cuidados aos utentes, que não há melhorias significativas resultantes dessa gestão, pelo que as PPP na saúde não têm razão para continuar, sendo uma boa oportunidade para recolocar os hospitais sob a gestão pública, abordando ainda a questão do SIGIC e do recurso dos hospitais a empresas temporárias de trabalho para recrutamento de médicos e enfermeiros, que não se pode manter; Isabel Galriça Neto, que salientou a importância da saúde na vida dos portugueses, razão pela qual o CDS-PP agendou o debate de amanhã no plenário, acrescentando que têm disponibilidade para fazer pactos neste setor, em conformidade com os apelos feitos pelo Presidente da República e por várias entidades. Também a preocupa a questão das 35 horas e das horas extraordinárias, perguntando quando serão recrutados psicólogos e nutricionistas para o SNS e quanto custará, quantas USF abriram, quantos portugueses não têm médico de família e o que pensa o Ministro do IVA aplicado às TNC. Congratulou ainda o Secretário de Estado Fernando Araújo pelo que tem feito na área dos cuidados paliativos; Carla Cruz, que reconhece as medidas positivas tomadas, que foram benéficas para o utente, mas considerando que é preciso ir mais longe. Disse que houve crescimento dos profissionais, mas é ainda insuficiente, e não se trata só de médicos e enfermeiros, mas também de técnicos de diagnóstico e terapêutica e de assistentes operacionais, chamando a atenção para a necessidade de reduzir o recurso às empresas de trabalho temporário.

O Ministro respondeu na sequência de cada uma das intervenções dos Deputados, afirmando, nomeadamente, que a lei das 35 horas será para todos e que está em curso um processo de negociação, podendo a situação ser mais difícil quando o



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 35/XIII/ 1.ª SL

trabalho é por turnos, com a necessidade de reforços pontuais. Mostrou um gráfico que considera elucidativo. Sobre a matéria do Tribunal de Contas disse não se pronunciar, acrescentando que acredita que o ex-Secretário de Estado Manuel Teixeira terá atuado de boa-fé e em nome do interesse público. Afirmou manter a ambição de chegar a 60% na utilização dos medicamentos genéricos e que é preciso dar mais formação na área dos cuidados paliativos, abordando ainda questões como as infeções hospitalares, os medicamentos para o VIH/Sida, o não tratamento adequado dos utentes nas transferências entre hospitais, a utilização do portal da saúde e a avaliação da qualidade dos cuidados prestados. Saliu ter manifestado sempre divergência com o modelo de recurso a empresas de trabalho temporário, que tem de ser alterado. Referiu que vão ser pagas as horas extraordinárias e que o recurso ao trabalho temporário só deverá ser feito em casos muito pontuais. Aguarda-se o estudo sobre as PPP e só depois o Governo tomará uma posição. O orçamento de Estado tardio condicionou também a abertura de USF no primeiro trimestre, mas tudo fará para manter o compromisso assumido para 2016. Falou ainda dos centros de referência e de redes de referenciação, dizendo que na grande maioria dos casos o Governo segue a recomendação dos técnicos. Considera o orçamento para 2017 como um grande desafio, sendo necessário garantir que o SNS trabalha com níveis de resposta aceitáveis e que não coloca ninguém em risco, e enfatizou que todos se devem associar ao voto de congratulação relativo ao nascimento de um bebé, no Hospital de S. José, de mãe em morte cerebral.

Na segunda ronda fizeram perguntas os Deputados Cristóvão Simão Ribeiro, Luísa Salgueiro, Jorge Falcato, Isabel Galriça Neto e João Ramos, a que o Ministro da Saúde respondeu em conjunto, tendo o Secretário de Estado Adjunto e da Saúde prestado também alguns esclarecimentos.

Na terceira ronda, usaram da palavra, para pedir esclarecimentos, os Deputados Miguel Santos, Elza Pais, Moisés Ferreira, Isabel Galriça Neto, Carla Cruz, Laura Magalhães, Domingos Pereira, Jorge Machado, Ângela Guerra, Marisabel Moutela, Luís Vales, João Ramos, João Gouveia, João Oliveira, Isaura Pedro, João Vasconcelos, José António Silva, Cristóvão Simão Ribeiro e Fátima Ramos, tendo o Ministro da Saúde respondido às questões colocadas, respostas que foram complementadas pelo Secretário de Estado Adjunto e da Saúde.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 35/XIII/ 1.ª SL

O Presidente agradeceu a vinda do Ministro e dos Secretários de Estado à Comissão de Saúde, bem como as informações e os esclarecimentos prestados.

13:30 Discussão e votação do requerimento do BE, a solicitar a audição do Diretor-Geral da ADSE, Carlos Baptista, do ex-Secretário de Estado da Saúde, Manuel Teixeira e do ex-Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, Hélder Reis, e do requerimento do PSD, que solicita a audição do Diretor-Geral da ADSE

Finda a audição, o Presidente referiu que, para além dos dois requerimentos sobre a ADSE, agendados para hoje, havia dado entrada um outro, do PCP, sobre a mesma matéria, que solicita a audição dos representantes das estruturas sindicais representativas dos trabalhadores em funções públicas, que integram o Conselho Consultivo da ADSE, dando a palavra aos respetivos Grupos Parlamentares para os apresentarem.

O Deputado Miguel Santos apresentou o requerimento do PSD, lembrando que o PS, o BE e o PCP não haviam manifestado abertura para que esta discussão tivesse ocorrido na reunião anterior, pois inviabilizaram que fosse acrescentado este ponto na ordem do dia. Nesse mesmo dia o BE veio apresentar também um requerimento a solicitar audições, só compreendendo a não admissão do requerimento, no passado dia 15, com a dificuldade de articulação daqueles Grupos Parlamentares na concertação de uma posição. As notícias que circulavam na comunicação social, a propósito da interpretação do Tribunal de Contas sobre as transferências feitas no anterior Governo, eram graves e carecem de um esclarecimento no Parlamento. O PSD votará favoravelmente os três requerimentos, mas, em relação ao requerimento do PCP, pensa que se deveria ouvir todo o Conselho.

A Deputada Joana Mortágua apresentou o requerimento do BE, saudando o consenso para a audição de um conjunto de entidades sobre este tema, salientando que é necessário obter esclarecimentos sobre as questões relativas aos descontos para a ADSE e sobre a sua gestão. Face ao Relatório do Tribunal de Contas, pensa que não basta ouvir o Diretor-Geral da ADSE, importando também ouvir os ex-governantes, sem prejuízo de outras audições que venham a ser entendidas como relevantes.

A Deputada Carla Cruz apresentou o requerimento do PCP, salientando que a ADSE é dos trabalhadores/beneficiários, pelo que estes não podem ficar alheados do debate, tanto mais havendo aumentos sucessivos das suas contribuições. O Relatório do



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 35/XIII/ 1.ª SL

Tribunal de Contas vem adensar as preocupações que o PCP tem manifestado, pelo que votarão favoravelmente todos os requerimentos, não fechando a porta a outras audições que venham a revelar-se necessárias.

A Deputada Isabel Galriça Neto informou que votará favoravelmente todos os requerimentos em discussão.

A Deputada Maria Antónia Almeida Santos disse que o PS viabilizará também todos os requerimentos, manifestando todavia discordância relativamente a algumas afirmações do Deputado Miguel Santos, porque pensa que cada Grupo Parlamentar deve gerir e definir o *timing* das suas iniciativas conforme bem entende. Considera que não houve qualquer adiamento das audições pretendidas, porque não poderiam ter sido feitas antes da próxima reunião, o que irá acontecer. Alertou também para a delicadeza de se estarem a chamar ex-governantes, o que pode até criar um precedente, porque não estamos perante uma Comissão de Inquérito, e as pessoas em causa poderão não comparecer.

O Presidente colocou os requerimentos do PSD, do BE e do PCP à votação, tendo sido aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

A reunião foi encerrada às 13:20 horas, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada e podendo a respetiva gravação/vídeo ser acedida no seguinte *link*:

<http://www.canal.parlamento.pt/?cid=1157&title=audicao-do-ministro-da-saude>

<http://www.canal.parlamento.pt/?cid=1076&title=audicao-do-ministro-da-saude>

Palácio de São Bento, 22 junho 2016.

O PRESIDENTE

(JOSÉ DE MATOS ROSA)



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 35/XIII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
António Sales
Carla Cruz
Cristóvão Simão Ribeiro
Domingos Pereira
Fátima Ramos
Isabel Galriça Neto
Isaura Pedro
João Gouveia
Jorge Falcato Simões
José António Silva
José de Matos Rosa
Luís Graça
Luís Soares
Luís Vales
Luísa Salgueiro
Maria Antónia de Almeida Santos
Marisabel Moutela
Miguel Santos
Moisés Ferreira
Ricardo Baptista Leite
Teresa Caeiro
António Topa
Carlos Matias
Elza Pais
Idália Serrão
Joana Mortágua
João Oliveira
João Ramos
João Vasconcelos
Jorge Machado
Laura Magalhães
Manuela Tender
Nuno Serra
Patrícia Fonseca
Sara Madruga

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Eurídice Pereira
José Luís Ferreira